



Foto de Geraldo Magela

Alvaro (ao lado de Roseana, em pé ao centro, e Gim Argello, à dir.) preside sessão em que o Congresso viabiliza solução para reajuste, depois de crítica ao uso de MPs para crédito extraordinário

Congresso aprova reajuste para 800 mil servidores

Projeto de lei que abre crédito suplementar de R\$ 7,56 bilhões ao Ministério do Planejamento para que o governo possa pagar os aumentos salariais de 800 mil servidores civis e militares, negociados desde o ano passado, foi aprovado ontem pelo Congresso Nacional. O dinheiro sairá do superávit primário (sobra em caixa antes do pagamento de juros) apurado pelo governo no ano passado. **2**

O DIREITO DE TODOS À ACESSIBILIDADE



Mirica Kolumbe



Jane Araújo

Senadores e convidados lotam a sala da audiência que debateu matéria relatada por Eduardo Azeredo (E); Flávio Arns (à direita, de pé) e Garibaldi Alves defendem urgência em votação

Audiência pública realizada ontem destacou a necessidade de se aprovar logo no Senado a Convenção sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas. Garibaldi Alves disse que a matéria tem prioridade máxima.

Eduardo Azeredo, relator, acredita em aprovação até o final da primeira quinzena de julho. **7**

Medidas contra o aquecimento serão monitoradas

O Congresso Nacional criou ontem comissão mista para acompanhar, por 18 meses, as propostas, conclusões e sugestões de outra comissão que estudou o aquecimento global. **6**



Santiago Alcazar (E), Sérgio Arruda, Azeredo, Ricardo Tavares e Flávio Macieira

José Cruz

Comissão acolhe indicações de embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou as indicações de quatro embaixadores e um projeto que beneficia transportadores autônomos residentes no Paraguai e que atuam no Brasil. **4**

Estados temem perder dinheiro com a reforma

O fim da guerra fiscal, em que estados mais pobres reduzem impostos para atrair investimentos, foi discutido em audiência no Senado. **8**

Projeto teve apoio da oposição depois que a líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney, comunicou que Lula revogará a MP 430/08

Crédito aprovado viabiliza reajuste a servidores

O CONGRESSO APROVOU ontem a proposta que abre crédito suplementar de R\$ 7,56 bilhões ao Ministério do Planejamento, para viabilizar aumentos salariais a aproximadamente 800 mil servidores, civis e militares. O dinheiro sairá do superávit primário apurado pelo governo no ano passado.

O projeto (PLN 5/08) foi enviado pelo Executivo ao Congresso depois que os senadores ameaçaram, em maio, obstruir as votações de medidas provisórias (MPs), caso o governo mantivesse a MP 430/08, que tinha o mesmo objetivo do PLN 5/08. A oposição no Senado argumentou que o Supremo Tribunal Federal já havia decidido que não se pode usar medida provisória para abertura de crédito orçamentário, exceto em situações específicas (comoção interna, emergência etc.). Ficou acertado, então, que o governo trocaria a MP por um projeto, cuja aprovação foi conseguida agora com o apoio das oposições.

Conforme a líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA), o acordo com as oposições estabelece que o presidente Lula revogará a MP 430/08 no mesmo dia em que sancionar o PLN 5/08.

Para concluir o processo de reajuste do funcionalismo, o Congresso ainda votará a MP 431/08 (atualmente na Câmara), que detalha quais categorias receberão aumento. O deputado Geraldo Magela (PT-DF) é o relator da proposição naquela Casa. Autorizado pelo Ministério do Planejamento, o deputado tem se reunido com categorias beneficiadas pelos aumentos, realizando pequenos ajustes.



Roseana Sarney, deputado Antonio Carlos Pannunzio e Alvaro Dias na reunião do Congresso Nacional que aprovou propostas que beneficiam servidores

Na mesma sessão deputados e senadores aprovaram, em votação simbólica, o PLN 4/08, que eleva de R\$ 3,5 bilhões para R\$ 11,1 bilhões os gastos de 2008 do Executivo, com reajustes salariais para o funcionalismo e a contratação de servidores.

Os aumentos concedidos neste ano pelo governo representarão um gasto com pessoal e encargos de R\$ 19,7 bilhões. Com os reajustes, o gasto federal com pessoal e encargos sociais, que foi de R\$ 126,46 bilhões em 2007, será de R\$ 144,34 bilhões em 2008. No próximo ano, quando os aumentos serão pagos no decorrer de 12 meses, esse tipo de gasto será, no mínimo, de R\$ 156,5 bilhões – crescimento de 23,7% sobre 2007.

Aposentados esperam Câmara, avisa Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) pediu ao presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, a inclusão, na pauta de votações daquela Casa, da emenda do senador Paulo Paim (PT-RS) ao projeto (PLC 42/07) que estende aos beneficiários da Previdência Social o mesmo reajuste e a mesma política de valorização do salário mínimo.

– Os aposentados estão em situação difícil de sobreviver. Peço aos deputados que meditem sobre isso – disse.

O senador também avisou que está em gestação o Grupo Parlamentar de Proteção aos Aposentados, que já contaria com mais de 15 senadores.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também apelou pela rápida votação da proposta de Paim que estabelece a correção das aposentadorias pelo mesmo índice do salário mínimo e a que extingue o fator previdenciário.

Flexa Ribeiro pede apreciação dos vetos

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apelou ao presidente do Senado, Garibaldi Alves, pela continuidade do exame de vetos presidenciais.

Há mais de 700 vetos não apreciados e, disse Flexa, houve apenas uma primeira rodada de votações promovida por Garibaldi, em março.

O senador do PSDB lembrou que, no caso dos projetos de lei de recriação das superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam) e da Emenda 3 ao projeto que criou a Super-Receita, o governo comprometeu-se há cinco meses a enviar uma contraproposta, mas nada fez.

A Emenda 3 tratava da fiscalização da Receita em contratos trabalhistas de empresas com profissionais autônomos arregimentados na forma de pessoas jurídicas.

Roseana: LDO será votada em 2 de julho

O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2009 deverá ser votado no Congresso Nacional em 2 de julho, uma quarta-feira. A informação foi dada ontem à imprensa pela líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney (PMDB-MA).

– Estamos conversando com os líderes dos partidos e, evidentemente, a LDO não passa sem acordo, e nós vamos fazer os acordos. Não vejo nenhum empecilho para que se possa votar a LDO no dia 2 de julho – afirmou a senadora.

O relatório final ao projeto de lei da LDO para 2009 foi entregue à Comissão Mista de Orçamento (CMO), na quarta-feira, pela relatora Serys Slhessarenko (PT-MT). O colegiado deverá apreciar a matéria na semana que vem.

Gasto da União com pessoal e encargos sociais e sua variação anual

Ano	Valor	%
2005	93,55	-----
2006	112,85	20,6
2007	126,46	12,0
2008	144,34	14,1
2009	156,50	8,4

Obs.: O gasto para 2009 leva em consideração os reajustes autorizados até agora.

Fonte: Orçamento de 2008

Mão Santa condena edição de MPs de crédito

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o Executivo pela edição de medidas provisórias para a abertura de crédito extraordinário ao Orçamento.

Citando trecho da Constituição, que condiciona a abertura de créditos extraordinários ao atendimento de “despesas imprevisíveis e urgentes”, Mão Santa fez um apelo ao presidente Lula para que respeite a Constituição e a democracia.

– Aqui não tem terremoto, mas todo dia chega pedido de mais di-

nheiro. Então o presidente tem o dinheiro que quer e o Congresso se agacha – disse.

Na opinião de Mão Santa, o sistema atual de distribuição dos tributos, no qual o governo federal fica com mais de 50% do total e os municípios com apenas 21,5%, é inviável ao desenvolvimento.

O senador requereu ainda voto de pesar pelo falecimento do professor da Faculdade de



Para senador, Lula não respeita a Constituição

Medicina da Universidade do Ceará José Gerardo Ponte, ginecologista, que teve vários trabalhos científicos publicados.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão não-deliberativa

A sessão, às 9h, é não-deliberativa e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão os senadores José Nery (PSOL-PA), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Magno Malta: projeto da CPI está pronto



Presidente da CPI da Pedofilia, o senador Magno Malta (PR-ES) informou que o projeto para “aprimorar o combate à produção, à venda e à distribuição de pornografia infantil, bem como criminalizar a aquisição e a posse desse material”, está pronto para ser lido em Plenário e tramitar em regime de urgência. A proposta aumenta penas de crimes já existentes e tipifica outras condutas como crimes. O senador anunciou ainda que a CPI vai apresentar outra proposta para determinar que quem cometer crime de pedofilia perderá os direitos de réu primário e, se possuir curso superior, perderá o direito a prisão especial.

Lúcia Vânia ressalta ação da CPI da Pedofilia



A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) chamou atenção para a importância das atividades da CPI da Pedofilia, que realiza “um extraordinário trabalho” em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Federal para identificar e punir os envolvidos. – O objetivo da CPI é dar celeridade às investigações em andamento. Sem estardalhaço, mas com responsabilidade política e social, os trabalhos estão sendo desenvolvidos com seriedade – elogiou. A senadora destacou o fato de a CPI ter conseguido a quebra do sigilo do site de relacionamento Orkut, pertencente ao Google.

Proposta prevê taxaço de cigarros, bebidas e carros de luxo, além do aumento da alíquota do Imposto de Renda sobre dividendos de empresas

Garibaldi: Consultoria já tem alternativa à CSS

O PRESIDENTE DO Senado, Garibaldi Alves, afirmou que o estudo por ele encomendado à Consultoria Legislativa para a criação de uma alternativa à Contribuição Social para a Saúde (CSS), se acatado pelos líderes, poderá tramitar como um substitutivo ao texto que prevê a cobrança da CSS. Ele disse, contudo, não ter certeza do que acontecerá agora, visto que o próprio governo decidiu deixar para depois das eleições municipais a votação da matéria.

– O adiamento dessa votação não sei se vai determinar também o adiamento de qualquer proposta alternativa. Esse estudo é uma sugestão que, se prosperar, poderá se tornar um substitutivo. É um estudo que prevê o aumento da taxaço de cigarros, bebidas e carros de luxo e prevê também o aumento do Imposto de Renda pago pelos empresários sobre dividendos – disse.

De acordo com Garibaldi, a Consultoria Legislativa concluiu que a arrecadação proveniente da CSS se limitaria a R\$ 8 bilhões e não aos R\$ 10 bilhões previstos pelo governo. Os técnicos também concluíram que os dividendos pagos pelas empresas a seus sócios são taxados



Em vez de derrubar CSS, Garibaldi deseja que Senado ofereça nova fonte de financiamento da saúde

pela Receita Federal com uma alíquota de 15%, menos portanto que os 27,5% cobrados de um assalariado da classe média. O estudo sugere a equiparação do IR pago a título de dividendo aos dos assalariados.

Os técnicos sugeriram que a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), hoje cobrada sobre a

comercialização de petróleo e derivados, poderia incidir sobre bebidas, cigarros e automóveis de luxo. Essa tributação, disse Garibaldi, se faria com alíquotas diferenciadas. Bebidas com menor percentual de álcool, como cervejas e vinhos, pagariam menos que uísque e vodca.

Seria também criada uma Cide para veículos de luxo, a qual contemplaria sobretudo automóveis de passeio, movidos a gasolina e importados. De acordo com a Consultoria, esses aumentos de tributação resultariam numa cifra superior a R\$ 10 bilhões para suprir o orçamento da saúde.

Garibaldi destacou que apresentará a proposta para que, em vez de derrubar a CSS, como deseja a oposição, o Congresso disponha de um substitutivo para, sobre esse texto, estudar uma fonte de receitas para a saúde. Em razão da regulamentação da Emenda 29 da Constituição, que definiu novos percentuais para o setor, o governo argumentou que não tem recursos para novas despesas. Para Garibaldi, o estudo da Consultoria Legislativa “é uma tentativa de solução”.

Flexa Ribeiro está certo de que novo tributo não passa no Senado

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) criticou a intenção do governo de criar a CSS em um contexto de arrecadações recordes de tributos. Ele instou os senadores a rejeitarem o projeto de lei complementar (PLP 306/08) que cria o tributo, em substituição à Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), cuja prorrogação foi rejeitada pelo Senado em dezembro de 2007. O parlamentar também defende que o projeto seja votado brevemente, e não após as eleições.

– Tenho certeza que, no Senado, esta nova CPMF, apelidada de CSS, não passará. E que o presidente Garibaldi Alves vai assumir o compromisso de colocar em pauta, antes do recesso ou em agosto, antes das eleições, para que possamos sepultar de vez a intenção do governo de aumentar carga tributária para a sociedade – comentou.

A criação foi estabelecida por substitutivo da Câmara ao PLP 306/08, originado de projeto (PLS 121/07 – Complementar) do senador Tião Viana (PT-AC) que fixa valores mínimos a serem aplicados pela União, por estados e municípios na saúde e regulamenta a Emenda Constitucional 29.

O parlamentar também considera uma “falácia”, a justificativa do Executivo para a criação da CSS de que “os recursos para a saúde dependem de um tributo especial vinculado a ela” e que a aprovação do projeto de regulamentação da Emenda 29 foi irresponsabilidade dos senadores, por aumentar despesa.

– Não houve aumento de despesa e, sim, definição de quanto da receita da União deveria ser gasto com saúde – explicou.

Flexa Ribeiro citou ainda que, em 2005, a proposta orçamentária enviada ao Congresso previa



Senador aponta “falácia” de que saúde precisa de tributo específico

arrecadação de R\$ 483,5 bilhões, mas chegou, de fato, a R\$ 544,9 bilhões. Já em 2006, o Orçamento estabelecia R\$ 556,9 bilhões, mas a arrecadação efetiva foi de R\$ 611,5 bilhões. Para 2007, a previsão inicial de arrecadação foi de R\$ 638 bilhões, mas alcançou R\$ 678,2 bilhões.

Ainda segundo Flexa Ribeiro, no primeiro trimestre de 2008, os brasileiros já pagaram R\$ 258,9 bilhões em tributos - 17,8% a mais que no mesmo período de 2007.

Para Mário Couto, maior carga tributária afeta a vida do pobre

O senador Mário Couto (PSDB-PA) lamentou que o governo federal tente impor mais um imposto à população, com o projeto de criação da CSS.

– O Brasil cobra, de impostos, 39% do PIB [produto interno bruto]. Estamos chegando a quase 40%, tirados do bolso do brasileiro e da brasileira. Mente quem diz que isso não afeta o pobre – afirmou.

A título de comparação com o Brasil, o senador disse que a carga de impostos no Chile é de apenas 5% do PIB.

– E lá tem saúde, tem educação, não tem violência, tem estrada, tem ferrovia, tem rodovia, tem portos, tem aeroportos. Aqui, não – protestou o senador.

Mário Couto disse ainda que a criação da CSS por lei complementar é inconstitucional e que, caso a proposta seja aprovada, a oposição vai questionar



Oposição vai questionar criação da CSS na Justiça, avisa Mário Couto

sua criação na Justiça.

O senador lamentou ainda a ausência de investimentos no Pará, depois de o estado ter obtido um “PIB invejável” nos governos do PSDB que antecederam a governadora, Ana Júlia Carepa, do PT. Ele lamentou que o Pará esteja entre os estados mais violentos, onde a população sofre com o desemprego.

Mesquita Júnior anuncia recuperação do Incor-DF e saúda Comsefe

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) registrou a visita da dirigente do Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF), Patrícia Brandão, ao Senado. Ela trouxe carta do diretor-executivo da instituição, Paulo Montenegro, que

afirma que, passada uma fase de dificuldade financeira, o Incor-DF recuperou-se e continua prestando “relevante serviço” à população do DF, inclusive a pessoas carentes, vindas do Norte e do Nordeste.

O senador observou ainda

que o Senado portou recursos à sua instalação, “para servir à própria Casa e à população”.

O parlamentar também saudou a nova diretoria da Associação dos Profissionais de Comunicação do Senado (Comsefe), presidida pelo jor-

nalista da TV Senado Romolo Mazzocante, com Nilo Bairros, da Rádio Senado, como vice.

– Devemos atualizar a nossa certeza, de que o Senado tem um serviço de comunicação muito eficiente, graças a esses profissionais – disse.

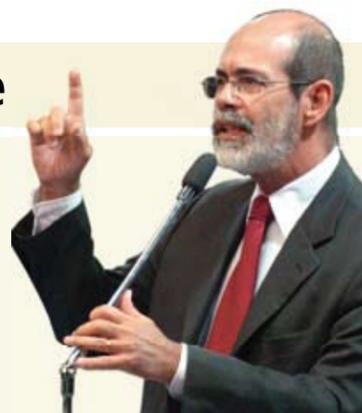


Foto: Geraldo Magela

Grupo de trabalho da Comissão de Justiça decide levantar propostas para que sejam logo examinadas pelo Plenário do Senado e encaminhadas ao exame dos deputados

Pressa para votar projetos que tratam de inelegibilidade

GRUPO DE TRABALHO ligado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem realizar um levantamento de todas as propostas que tratam de inelegibilidade de candidatos, a serem agrupadas por afinidade temática para que possam ser rapidamente votadas. Participaram do acerto o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), os senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e Demostenes Torres (DEM-GO), bem como consultores legislativos do Senado.

Para agilizar a tramitação, explicou Marco Maciel, serão reunidas todas as propostas de emenda à Constituição (PECs), assim como projetos de lei complementar e de lei ordinária sobre o tema, com a finalidade de evitar diferentes pareceres a proposições que tenham o mesmo objetivo.

A intenção, acrescentou o parlamentar, é que o assunto seja rapidamente levado ao Plenário e encaminhado à Câmara dos Deputados. Marco Maciel disse

contar ainda com a “boa vontade” da Justiça Eleitoral para que seja possível adotar as medidas sugeridas rapidamente.

Segundo Demostenes, as principais mudanças tocam na necessidade de haver condenação definitiva para um candidato ser considerado inelegível. Pelas propostas em análise, resultados de auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) e ações judiciais julgadas em primeiro grau por abuso de poder econômico ou político terão o poder de impedir candidaturas.

– Com isso, vamos conseguir impedir que um grande número de candidatos que tenham problemas popularmente conhecidos como “fichas sujas” possam disputar a eleição – comentou Demostenes.

As propostas serão separadas em “pacotes com afinidade temática”, de acordo com os objetivos a que se proponham:

alterações no artigo 14 da Constituição federal, na lei complementar que trata dos casos de inelegibilidade (Lei Complementar 64/90), no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) e na Lei dos Partidos Políticos (Lei 9.096/95). Demostenes disse esperar “uma alteração sistemática, coordenada e proveitosa”, com a finalidade de melhorar o processo político brasileiro.

Já Simon nutre a expectativa de que haja consenso em relação às proposições e que o Senado possa votá-las, pelo menos na CCJ, antes do recesso parlamentar – que se inicia no dia 18 de julho.

A próxima reunião do grupo, que poderá contar ainda com a participação dos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), foi agendada para a próxima terça-feira, às 14h30, no gabinete de Pedro Simon.

“Vamos conseguir impedir que candidatos conhecidos como ‘fichas sujas’ disputem eleição”



Entendimento é definido por Demostenes Torres (E), Pedro Simon e Marco Maciel, presidente da CCJ

Senadores participam de convenções

Em razão das convenções partidárias que se realizam em todo o país, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que a Casa não terá deliberações na próxima semana, devendo retomar as votações em 1º de julho. Ele disse que a decisão foi tomada pelo colégio de líderes, em reunião realizada nessa quarta-feira para definir o calendário de votações até o recesso parlamentar.

– Os líderes concluíram que teríamos dificuldade de quórum na próxima semana e assim resolvemos fazer com que, só do dia 1º de julho em diante, tenhamos sessões deliberativas. As convenções devem ocorrer de 10 a 30 de junho, mas se realizam sempre nos últimos dias.

Simon rejeita mudanças na escolha de ministros do STF

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem tese defendida por um grupo de parlamentares que quer mudar a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores. Pela proposta, os cargos não seriam mais vitalícios, mas ocupados por um prazo determinado, e as indicações não caberiam mais ao presidente da República, mas a deputados e senadores.

Além de afirmar que o atual sistema vem “funcionando bem” ao longo da história, Simon chamou a atenção para o fato de que o momento não é adequado à adoção de medidas dessa natureza. Ele lembrou que há um choque entre Justiça e Congresso Nacional, com a Justiça tomando decisões importantes nas questões sobre as quais o Congresso “não tem coragem

de legislar”. Simon fez um apelo para que o grupo formulador dessa tese pare de mexer nessas questões no momento.

– O Congresso tem falhado em algumas missões de tremenda responsabilidade. Estamos aqui parados e, desde o dia 8 de maio, só se vota medida provisória ou [indicação de] autoridade. Nem um projeto importante consegue ser votado porque as medidas provisórias trancam a pauta. É uma humilhação para o Congresso brasileiro – disse.

Simon revelou que na quarta-feira se recusou a assinar uma proposta nesse sentido e lembrou que, quando governou o Rio Grande do Sul, não indicou um nome para o cargo de ministro do Tribunal de Contas do estado porque os deputados estaduais exigiam que o indicado fosse um deles.



Santiago Alcazar, Sergio Arruda, Azeredo, Neiva Tavares e Flavio Helmold na CRE

Comissão aprova projeto que favorece transportador paraguaio

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) acolheu ontem o projeto que trata da incidência do Imposto de Renda (IR) sobre os rendimentos auferidos por transportadores autônomos residentes no Paraguai.

Segundo a proposta (PLC 71/08), aprovada com emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o IR deve incidir sobre esses rendimentos de acordo com as tabelas progressivas mensais previstas para os transportadores residentes no Brasil, que são mais benéficas. A matéria, relatada por Aloizio Mercadante (PT-SP), segue agora para o Plenário.

O projeto busca resolver um problema envolvendo o transporte de carga autônomo entre o Brasil e o Paraguai: a legislação tributa as pessoas físicas residentes ou domiciliadas no Brasil de forma consideravelmente mais benéfica, aplicando-se a tabela progressiva mensal do IR sobre base de cálculo reduzida, equivalente a 40% do rendimento bruto decorrente do transporte de carga. Em relação aos residentes no exterior, a base de cálculo é o rendimento bruto, sem nenhuma dedução, havendo tributação de forma definitiva na ordem de 25%.

Segundo o parecer da CRE,

“fica evidente que o transportador autônomo paraguaio, cujo concurso é indispensável, sobretudo nos momentos de pico de safra de grãos, tem sua atividade laboral (e econômica) prejudicada, pois não pode embutir no frete o custo do tributo”.

Solidariedade

Também foi aprovado, na CRE, voto de solidariedade ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), proposto por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O gesto foi motivado por uma carta aberta elaborada pelo assessor especial da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia, criticando o discurso em que Azeredo pediu a Garcia que revisse suas posições em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc). Na carta, Garcia diz que suas posições são rigorosamente iguais às orientações da política externa brasileira, que não classifica grupos políticos como terroristas. A posição do governo, segundo o assessor, não poderia ser confundida com posição de neutralidade.

Azeredo reafirmou que gostaria de ver o governo brasileiro tratando as Farc como o grupo terrorista que são. Para Flexa Ribeiro, “a carta representa um desrespeito a Azeredo, aos demais senadores e ao Senado”.

Indicações para embaixadas estão prontas para ir ao Plenário

Indicações de quatro diplomatas para exercerem o cargo de embaixadores foram aprovadas ontem pela Comissão de Relações Exteriores. Santiago Bento Fernández Alcázar irá atuar em Burkina Faso; Sérgio de Souza Fontes Arruda foi indicado para representar o Brasil na Malásia e no Brunei; Flávio Helmold Macieira, designado para a Nicarágua; e Ricardo Neiva Tavares, para representar o país junto às Comunidades Europeias. Essas indicações ainda precisam ser aprovadas pelo Plenário.

O senador Jefferson Praia (PDT-AM) foi o relator da indicação de Neiva Tavares e ressaltou o interesse brasileiro em maior aproximação política com a União Europeia, que hoje é o maior parceiro comercial do país. Já Neiva Tavares disse que o Brasil pretende ver a Comunidade Europeia alargar o leque de suas prioridades externas para incluir o Mercosul.

Para Santiago Alcázar, Burkina Faso é um bom parceiro brasileiro no âmbito multilateral da Organização Mundial do Comércio (OMC) por fazer parte do “Cotton 4” – grupo de países africanos ligados à defesa

do algodão. Sua indicação foi relatada pelo senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

Já Sérgio Arruda – cuja indicação foi relatada por Marina Silva (PT-AC) – afirmou que, depois de superada a crise asiática, a Malásia vem crescendo, ano a ano, desde 1997, e passou de país exportador de produtos primários como petróleo e madeira, para uma pauta mais diversificada e com produtos industrializados.

Por sua vez, Flávio Helmold reconheceu que, neste momento, Venezuela, Cuba, Argélia, Líbia e Irã são os parceiros prioritários da Nicarágua. Mas acredita que o Brasil reúne condições políticas e econômicas para fazer parte dessa lista. O relator da indicação foi José Nery (PSOL-PA).

Agenda Social

Durante a reunião, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que a política externa do governo Lula está se valendo da agenda social, mas não pode se esquecer da defesa da soberania nacional em tempos de globalização, nem tampouco da dicotomia defesa do meio ambiente contra disputa dos recursos naturais.

Ao analisar empréstimo para desenvolvimento regional do Alto Solimões, que depende de autorização do Senado, membros da CAE pedem garantias para aplicação dos recursos



Presidida pelo senador Eliseu Resende (ao centro), audiência teve presença de representantes de órgãos federais e estaduais

Virgílio: dinheiro do Bird para Amazonas pode ser desviado

O SENADOR ARTHUR Virgílio (PSDB-AM) advertiu na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que são necessárias garantias de que US\$ 24,2 milhões do empréstimo do estado do Amazonas junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) não serão desviados.

O alerta foi feito durante debate na CAE em que foi discutido o financiamento do projeto de desenvolvimento regional do Alto Solimões, em apoio ao projeto Zona Franca Verde.

Autor do requerimento para realização da audiência pública de ontem, Virgílio ressaltou que o governo do Amazonas é investigado pelo Ministério Público estadual pelo desvio de R\$ 17,2 milhões de obras naquela região. Os recursos foram liberados, disse, sem a realização das obras correspondentes.

– O Senado tem de saber se o empréstimo a ser concedido vai significar a melhoria da qualidade de vida da população. Diante dos antecedentes do governador [Eduardo Braga, do PMDB], eu me preocupo – salientou.



Segundo Arthur Virgílio, governo do estado é investigado por fraudes

Durante o debate, a promotora do Ministério Público do Amazonas, Silvana Cabral, explicou que, a partir de informações da imprensa, em março passado, o MP apresentou denúncia contra convênio firmado em 2007, com recursos estaduais, pelo consórcio de municípios Conaltosol e a empresa Pampulha Construções e Montagens. As obras deveriam ter sido executadas em cinco cidades do Alto Solimões.

De acordo com a promotora, as obras foram contratadas em novembro de 2007 e tiveram duas

parcelas pagas antecipadamente, em dezembro, num total de R\$ 17,2 milhões. No entanto, até o momento da inspeção, apenas 3% dos recursos haviam sido mobilizados nas obras.

Silvana Cabral exibiu fotos de obras paralisadas ou nem sequer iniciadas, que aparecem na prestação de contas como concluídas. Também há casos de obras do governo federal ou de prefeituras incluídas no contrato.

A denúncia do MP provocou o afastamento do secretário estadual da Infra-Estrutura, Marco Aurélio de Mendonça. A Justiça do estado analisa pedido de sequestro e indisponibilidade dos bens e imóveis da Pampulha, que já demitiu funcionários e deve fechar as portas em breve. Para a promotora, porém, está ficando cada vez mais difícil refazer o patrimônio do estado.

– São milhões destinados a comunidades que vivem em situação de penúria e de exclusão absoluta. Queremos que o estado saneie essas dificuldades e que a lei seja cumprida – disse Silvana Cabral.

Senadores acham que CAE deve cobrar garantias

Durante a audiência da CAE, o senador Jefferson Praia (PDT-AM) adiantou que vai votar a favor da autorização para que o Amazonas feche o contrato com o Bird. Mas observou que estava envergonhado com as denúncias e concordou com a proposta de que a CAE, responsável por autorizar contratos de empréstimos por estados e municípios, cobre garantias para que não venham a se repetir desvios de projetos desenvolvidos na área. Ele também cobrou uma atuação mais firme do Judiciário no exame de denúncias sobre desvios de recursos.

Marconi Perillo (PSDB-GO) disse que, antes de aprovar a operação, a CAE precisa “definir posturas garantidoras para a aplicação dos recursos”. José Agripino (DEM-RN) manifestou posição semelhante:

– Não sou contra o empréstimo, mas não posso ser conivente com irregularidades. Meu partido vai ficar atento às considerações que vão ser feitas. Pode votar a favor, mas que os recursos sejam aplicados com



Jefferson Praia se disse envergonhado pelas denúncias no Alto Solimões

correção – afirmou.

Os representantes das cortes de contas federal e estadual e a representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Sônia Portella, afirmaram que os requisitos legais para a realização do contrato foram cumpridos.

Depois de críticas de Arthur Virgílio a análises que se limitam a aspectos formais, o presidente do Tribunal de Contas do Amazonas, Raimundo Michiles, observou que, muitas vezes, os documentos estão perfeitos, mas o que interessa é ver a exe-

cução do contrato.

A operação com o Bird deve ser votada na CAE em breve. Valdir Raupp (PMDB-RO), relator da matéria, informou, no início da reunião, que teria de se retirar da audiência para atender a outros compromissos. “É assim que são concedidos os empréstimos no Senado”, criticou Virgílio.

O secretário-executivo do Tesouro do Amazonas, Tomás Afonso Nogueira, assinalou que o projeto já foi submetido a cinco audiências, incluindo a da CAE, e garantiu que o programa de investimentos é consistente e pode contribuir para “incorporar cidadania” a uma das áreas mais isoladas do Amazonas.

O valor total do contrato, incluindo a contrapartida do estado, alcança US\$ 35 milhões, conforme o coordenador-executivo do Programa de Desenvolvimento Regional do Amazonas, Laércio Cavalcante. Ele disse que o Alto Solimões foi escolhido pelo baixo Índice de Desenvolvimento Humano, perfil epidemiológico e por ser uma região de fronteira.

Para pesquisadora, laboratórios negligenciam doenças tropicais

As doenças tropicais são negligenciadas pelas grandes indústrias farmacêuticas, de acordo com a pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB) Laila Darvenne, que participou do 5º Seminário Nacional “Os Medicamentos no Brasil”, realizado quarta-feira e ontem, no Auditório Petrônio Portela, do Senado.

Em sua exposição, ela apresentou vários estudos que têm sido feitos com plantas – com destaque para as originárias do bioma Cerrado – para a extração de substâncias dedicadas à fabricação de novos medicamentos.

– Dos 1.393 novos medicamentos aprovados entre 1975 e 1999, apenas 16, ou seja, 1%, foram desenvolvidos para doenças tropicais, como a malária, doença de Chagas, leishmaniose, e para a tuberculose. Essas doenças correspondem a 11,4% das doenças do mundo.

O Brasil podia aproveitar essa oportunidade para fabricar tais medicamentos, pois o comércio seria muito grande – afirmou.

Já a pesquisadora Maria Rita Garbi Novaes, coordenadora do Comitê de Ética e Pesquisa da Secretaria de Saúde do Distrito Federal, falou sobre os aspectos éticos das pesquisas com novos medicamentos no Brasil.

Fases

Maria Rita ressaltou que, até chegar à comercialização de um medicamento, é importante respeitar as várias fases de pesquisa que são exigidas. Primeiramente, explicou, são feitos estudos experimentais, depois são determinados estudos de toxicidade, seguidos de estudos farmacológicos para determinar a segurança de um fármaco. Só após essas fases, disse a pesquisadora, o medicamento poderá ser comercializado de forma segura para a sociedade.



Laila Darvenne: “Brasil deveria fabricar medicamentos para doenças tropicais”

Farmacêutico defende mudanças na lei de patentes

Foi com a defesa da revisão da lei de patentes no Brasil que o farmacêutico e bioquímico Antonio Barbosa da Silva, coordenador do Instituto Brasileiro de Defesa dos Usuários de Medicamentos (Idum), iniciou sua palestra durante o 5º Seminário Nacional “Os Medicamentos no Brasil”.

O evento discutiu patentes, uso racional de medicamentos, assistência farmacêutica, distribuição de medicamentos pelo SUS e outros temas, e foi realizado pelo Idum, com o apoio do Conselho Federal de Farmácia e do Senado.

Antonio Barbosa apresentou a palestra “Patentes de medicamentos e suas consequências para o acesso aos medicamentos no Brasil”. O farmacêutico propôs a diminuição dos índices de lucros dos laboratórios:

– Hoje, no Brasil, o medicamento Peguilado tem o custo de produção de R\$ 3 e é comercializado aproximadamente por R\$ 1.000 cada ampola. O

laboratório argumenta que esse preço exorbitante está ligado diretamente ao custo da pesquisa. Mas o laboratório se esquece de que ele ganha um prêmio pela exclusividade de produção e comercialização desse medicamento por 20 anos – exemplificou.

– E tem um problema ainda maior. Quando se passa esse tempo todo com o laboratório ganhando bilhões, ele não pára de aumentar o preço do medicamento. Hoje, no Brasil, não existe nenhum medicamento que gere lucro inferior a 500% para o laboratório – acusou o farmacêutico.

Além disso, o palestrante alertou o público – formado majoritariamente por alunos de Farmácia – de que o mercado farmacêutico hoje está “atropelado” por pessoas que não são aptas, que não são do ramo. E quem perde com isso, segundo ele, é a própria sociedade, e não só o farmacêutico, por não dispor de um serviço eficiente e de qualidade.

“No Brasil, não há hoje nenhum medicamento que gere lucro inferior a 500% para o laboratório”

Audiência sobre venda de terras na Amazônia

Na próxima quarta-feira, às 9h, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realizará audiência pública sobre compra e venda de terras na Amazônia, particularmente em Manicoré (AM). A reunião foi requerida

por João Pedro (PT-AM).

De acordo com notícias, a ONG Cool Earth, comandada pelo sueco Johan Eliasch, é dona de 160 mil hectares no município. João Pedro ressaltou que é preciso discutir a legali-

dade da aquisição dessas terras e criar leis que regulamentem a ocupação da Amazônia.

Devem participar da reunião a superintendente do Inbra no Amazonas, Socorro Marques; o superintendente do Ibama,

Henrique Pereira; o representante da ONG Cool Earth, Matthew Owen; o representante da madeireira Gethal Amazonas, Bruno Tapajós; e o presidente do Instituto de Terras da Amazônia, Sebastião Nunes.

Debate indica a necessidade de regras para energia limpa

Em audiência na CMA sobre a participação da energia eólica na matriz brasileira, Quintanilha e Casagrande sugerem que se amplie a discussão de projetos para o setor

O PRESIDENTE DA Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), Leomar Quintanilha (PMDB-TO), defendeu o debate sobre a criação de um marco regulatório para energias alternativas, com destaque para a energia eólica (dos ventos).

Quintanilha sugeriu a realização de um debate, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, com a participação de autoridades do governo federal, governadores e representantes de entidades ligadas à pesquisa e à produção de energias renováveis, a exemplo da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abee).

A proposta foi feita durante audiência pública da CMA sobre a ampliação da participação da energia eólica na matriz energética brasileira. O encontro contou com a participação de especialistas, entre os quais o secretário para a América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica, Ramón Fiestas.

Dinamarca deve produzir equipamentos no Brasil

Na audiência da Comissão de Meio Ambiente, o secretário para a América Latina da Associação Internacional de Energia Eólica, Ramón Fiestas; e o presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abee), Lauro Fiúza, afirmaram que o Brasil e toda a América Latina estão atrás da Europa e dos Estados Unidos na produção de energia eólica e já perdem para Índia e China.

O representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Frederico Reichmann, observou que o fato de a indústria

Ele disse concordar com Quintanilha e defendeu uma "posição firme" dos governos latino-americanos no sentido de se criar um marco regulatório para o setor de energias renováveis.

Autor do requerimento da audiência, Renato Casagrande (PSB-ES) apresentou outro requerimento – aprovado pelos membros do colegiado – convidando o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para falar, na comissão, a respeito dos planos do governo sobre energia eólica e conhecer as sugestões dos parlamentares para que o país possa construir

um projeto para o setor. A data ainda será marcada.

Casagrande afirmou que o papel dos governantes de hoje deve ser o de incentivar a produção de energia limpa, e não o de se preocupar apenas com os interesses comerciais do setor de petróleo. Para o senador, incentivar os combustíveis fósseis é contribuir para a destruição do planeta.

Ainda na reunião, Augusto Botelho (PT-RR) pediu ao Ministério de Minas e Energia que faça, com urgência, estudos destinados a identificar a real capacidade eólica de Roraima.

versificar suas fontes de energia limpa, das quais a eólica tem um potencial equivalente a dez usinas de Itaipu. Esse tipo de energia, segundo ele, complementar a produção gerada por fonte hidrelétrica.

O embaixador da Dinamarca, Christian Konigsfeldt, disse que mais de 23% da produção de turbinas de energia eólica ocorre na Dinamarca, e que o seu país tem a intenção de instalar no Brasil unidades de suas empresas produtoras de equipamentos de energia eólica.

Nova comissão mista debaterá clima mundial

Durante a sessão do Congresso de ontem, senadores e deputados aprovaram requerimento de criação de uma nova comissão mista especial sobre mudanças climáticas.

O colegiado irá acompanhar, por 18 meses, as propostas, conclusões e demais recomendações aprovadas no relatório final, elaborado pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, cujos trabalhos encerraram-se na última quarta-feira. O relatório final registra as atividades da comissão, iniciadas em 13 de março de 2007. Nele, Casagrande propôs a criação de um fundo mundial ambiental com recursos de operações de importação de produtos para financiar projetos ambientais em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

A comissão sugeriu ao governo a formulação da Política Nacional de Mudanças Climáticas para incentivar a adoção de práticas de consumo consciente. Uma delas é o estímulo ao uso do transporte público, deslocamento a pé e de bicicleta e práticas que estimulem a economia de água e energia.

Composição

A nova comissão será composta pelos mesmos membros da recém-encerrada. Pelo Senado, participam, além de Casagrande, Magno Malta (PR-ES), Valter Pereira (PMDB-MS), Romeu Tuma (PTB-SP), Raimundo Colombo (DEM-SC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Delcídio Amaral (PT-MS), Fernando Collor (PTB-AL) e Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Pela Câmara, estão Dr. Adilson Soares (PR-RJ), Fernando Ferro (PT-PE), Iran Barbosa (PT-SE), Colbert Martins (PMDB-BA), Rebeca Garcia (PP-AM), Rose de Freitas (PMDB-ES), Augusto Carvalho (PPS-DF), Ricardo Tripoli (PSDB-SP), Luiz Carreira (DEM-BA), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) e Sarney Filho (PV-MA).



Foto de Genádio Magalhães

Geovani: situação é vergonhosa

Geovani pede investimentos em saneamento

As condições subumanas em que vivem 34,5 milhões de brasileiros que não dispõem de serviço de esgoto geraram protesto de Geovani Borges (PMDB-AP).

– Os investimentos nesse setor ainda são escassos. Nos envergonha admitir que o nosso país tenha ingressado no terceiro milênio com patologias do início do século 20 – lamentou o senador.

João Pedro quer alterar royalties de petróleo

Projeto para alterar a forma de pagamento dos royalties de petróleo foi apresentado por João Pedro (PT-AM). O senador explicou que a proposta (PLS 224/08) visa distribuir melhor os recursos gerados por essa riqueza mineral, tendo em vista as novas descobertas de petróleo no país. Hoje, diz João Pedro, só o estado do Rio de Janeiro fica com 86% dos royalties do petróleo.



Foto de Genádio Magalhães

João Pedro cobra melhor distribuição

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Alvaro Dias • Mão Santa • Magno Malta • Jefferson Praia • João Pedro

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadores vão a Porto Alegre apurar conflito

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador Paulo Paim (PT-RS), convocou os membros do colegiado a participarem, na próxima terça-feira, de uma diligência e de uma reunião em Porto Alegre com a finalidade de apurar denúncia de maus-tratos a militantes de movimentos sociais em conflito ocorrido entre eles e a Brigada Militar de Porto Alegre. Um total de 11 integrantes do movimento social foram presos sob acusação de vandalismo e tentativa de furto a um supermercado da capital gaúcha.

O requerimento para a realização da diligência foi aprovado pela CDH no dia 12 de junho. Além de Paim, já confirmaram presença os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Pedro Simon (PMDB-RS), Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e José Nery (PSOL-PA).

A programação será aberta na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, às 9h, com uma reunião com representantes da Via Campesina. O encontro será sucedido por uma audiência com o comandante da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, coronel Paulo Roberto Mendes, às 13h, e por uma audiência com o secretário estadual de Segurança Pública, José Francisco Mallmann, às 14h30.

Para Paim, os conflitos decorreram de mobilização dos movimentos sociais pela apuração de denúncias de corrupção e desvio de recursos públicos em órgãos do governo do estado.

– O combate à corrupção, seja onde for e doa a quem doer, tem que ser feito. Que se investigue tudo. E quem cometeu o delito tem que responder – afirmou Paim, quando da aprovação do requerimento.

Punição rigorosa para motorista alcoolizado

O presidente Lula sancionou ontem o projeto de lei que torna mais rigorosa a punição de motoristas que dirigirem alcoolizados. A nova lei, que recebeu o nº 13, de 2008, e está publicada hoje no *Diário Oficial da União*, prevê que o motorista não pode ter nenhum teor de álcool no sangue.

Se for flagrado embriagado, ele pagará multa de R\$ 955 e terá suspensão por um ano a carteira de habilitação. Antes dessa lei, o teor alcoólico permitido era de até seis decigramas de álcool por litro de sangue. Pela nova lei, passa a ser obrigatório também o teste do bafômetro, antes opcional. Se o motorista se recusar a fazer o teste, ele sofre as mesmas sanções aplicadas ao motorista embriagado.

(Com informações da Agência Brasil.)

Crianças com deficiência fora da escola

A presidente da Rede Latino-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias (Riadis), Regina Maria Melo Atalla, afirmou que 70% das crianças com defici-

ência na América Latina não freqüentam a escola. Para a especialista, o fato demonstra que os direitos dos portadores de deficiência previstos na legislação não têm chegado à população.

Regina Atalla participou da audiência promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência,

Convenção da ONU classifica como discriminação a falta de acessibilidade

Audiência pública ressalta necessidade de se aprovar logo no Senado a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; texto necessita de 49 votos de senadores

A CONVENÇÃO SOBRE os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Organização das Nações Unidas (ONU), prevê que a falta de condições de acessibilidade nas cidades e em instituições configura-se discriminação contra as pessoas com deficiência, conforme afirmou Izabel Maria Maior, titular da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde). Ela participou ontem de audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais

das Pessoas com Deficiência, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Assinada pelo Brasil em março de 2007, a convenção da ONU aguarda ratificação do Congresso Nacional. O texto foi aprovado pela Câmara e tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do Senado, onde é relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Conforme explicação de Flávio Arns (PT-PR), que presidiu a audiência da CDH, a ratificação da convenção, que tramita na forma de projeto de decreto legislativo (PDS 90/08), tem

força de emenda constitucional e, após a aprovação na CRE, deverá ser votada em Plenário, com quórum qualificado, sendo necessários três quintos dos votos dos senadores para sua aprovação – 49 votos.

Na audiência pública, Izabel Loureiro destacou que a convenção representará um avanço para a legislação brasileira e fortalecerá as políticas para as pessoas com deficiência.

Igualdade

O presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Cona-

de), Alexandre Carvalho Baroni, ressaltou que a convenção mudará a lógica de que a deficiência é um problema individual, ao determinar como responsabilidade de toda a sociedade a superação de limitação aos portadores de deficiência.

No mesmo sentido, Flavia Maria Vital, organizadora da publicação *A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – comentada*, disse esperar que a ratificação da convenção intensifique a busca por recursos e serviços que ampliem as habilidades funcionais de pessoas com deficiência.



Flávio Arns (4º à esq.) preside a audiência pública, acompanhado por Garibaldi Alves (D), na sala repleta de convidados e jornalistas



Fotos: Jone Araújo

Azeredo, relator, acredita em aprovação até 15 de julho

“Não temos nenhuma dificuldade em votar a favor dessa convenção e vamos correr contra o tempo para aprová-la até o final da primeira quinzena de julho.” O anúncio foi feito ontem pelo senador Eduardo Azeredo, relator da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Segundo informou o senador José Nery (PSOL-PA), já há um acordo com o presidente da CRE, Heráclito Fortes (DEM-PI), para que a convenção seja aprovada o mais rápido possível na comissão e, em seguida,

encaminhada para análise do Plenário.

Mesquita Júnior (PMDB-AC) frisou que é um avanço e, ao mesmo tempo uma conquista da sociedade, o fato de a convenção consagrar como discriminação a falta de acessibilidade. Ele enfatizou, no entanto, que a sociedade precisa organizar-se para isso.

Flávio Arns sugeriu uma adaptação do Plenário do Senado para facilitar o acesso dos portadores de deficiência. Cristovam Buarque (PDT-DF) acredita que existe uma relação direta entre educação e os direitos a serem conquistados pela convenção.

Garibaldi: convenção está acima de qualquer prioridade

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, pelo Senado, está acima de qualquer outra prioridade.

O debate foi organizado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Garibaldi ressaltou que a integração das pessoas com deficiência na sociedade “não

pode mais ser postergada, pois é uma exigência de quem tem no coração os melhores sentimentos”.

– Não é uma questão de caridade. É uma questão de direito, claro – declarou ele.

O presidente do Senado também aproveitou a ocasião para designar, em público, o senador Flávio Arns como articulador, junto às lideranças da Casa, para que a convenção seja acolhida em Plenário o mais rápido possível. Vários senadores manifestaram-se pela aprovação da convenção até a primeira quinzena de julho.

Debate sobre morte de jovens por militares

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) vai realizar audiência pública para discutir o episódio que resultou na morte de três jovens do Morro da Providência, no Rio de Janeiro, por trafi-

cantes do Morro da Mineira, no Catumbi, e que teria contado com a participação de militares do Exército.

O requerimento do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado ontem

por unanimidade e sugere a participação no debate, entre outros, do ministro da Defesa, Nelson Jobim, e do comandante da 9ª Brigada de Infantaria Motorizada, general Mauro César Lorena.

Crivella contesta reportagem da Rede Globo

O senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) divulgou nota na qual contesta reportagem veiculada pelo *Jornal Nacional*, da Rede Globo, e pelo *Jornal das 10*, do canal Globonews, cuja chamada é "Assessores de Crivella negociam com o tráfico". No texto, Crivella nega com veemência que um assessor de seu gabinete "tenha negociado qualquer acordo com o tráfico do Morro da Providência".

O senador repudiou "qualquer tentativa de associar essa infâmia aos trágicos acontecimentos da última sexta-feira no Morro da Providência, onde três jovens foram barbaramente assassinados". Os rapazes, segundo investigação policial, foram entregues por uma patrulha do Exército a traficantes, tendo sido torturados e depois mortos. Para Crivella, a reportagem, que, segundo ele, já havia sido publicada pelo *jornal Extra*, visa prejudicar a "boa aceitação pelo eleitorado do Rio de Janeiro", nas pesquisas de intenção de voto para prefeito municipal, de seu nome.

Inquérito

De acordo com Crivella, o Comando do Exército negou a existência de qualquer relatório oficial que comprove a participação de seu assessor no episódio. O senador afirmou que o Exército decidiu instaurar inquérito administrativo para apurar vazamentos de informações sobre fatos não comprovados. Na nota, Crivella nega ainda ter em seu gabinete um assessor chamado Gilmar, enfatizando que qualquer funcionário seu que praticar ato ilícito será afastado.

O parlamentar ressaltou que sua participação no Projeto do Cimento Social – desenvolvido no Morro da Providência com a colaboração do Exército Brasileiro – faz parte de sua atividade parlamentar. O senador disse que apenas apresentou o projeto e defendeu sua "importância para o resgate social de ampla parcela da população mais humilde", além de ter lutado para garantir os recursos para a obra.



Crivella nega acordo com tráfico

Debate mostra que estados menos desenvolvidos temem perder recursos com as mudanças previstas na proposta em discussão na Câmara dos Deputados



Maria Helena Zockun (E), Mailson da Nóbrega, Lúcia Vânia, Bernard Appy e Marcos Costa Holanda participam da audiência

Efeitos da reforma tributária no desenvolvimento regional

AUDIÊNCIA PÚBLICA DISCUTIU na quarta-feira como a reforma tributária, em análise na Câmara dos Deputados, afetará o desenvolvimento regional, uma vez que as mudanças propostas tendem a acabar com a "guerra fiscal" entre os estados. Nessa "guerra", estados menos desenvolvidos reduzem impostos para atrair empresas. Para o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, os estados mais pobres terão de usar bem os recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento Regional para criar a infra-estrutura que irá atrair investidores.

– Mas os novos fundos previstos na reforma tributária praticamente não aumentam os recursos para o desenvolvimento regional, comparando-se com o que existe hoje – lamentou Marcos Costa Holanda, diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará.

Para ele, o desenvolvimento regional ganhará apenas R\$ 1,3 bilhão com a reforma.

– Há um verdadeiro pavor nesses estados. A reforma vai congelar o que está aí e ninguém vai poder conceder incentivos fiscais para atrair novos investimentos – afirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

O secretário Bernard Appy

argumentou que a reforma tributária, que mudará, do estado produtor para o consumidor, a cobrança do imposto estadual sobre mercadorias, será um grande fator de redistribuição de renda entre os estados. Além disso, ressaltou, existirá um fundo de equalização de receitas, que evitará perdas de arrecadação.

A audiência foi promovida pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e pela Subcomissão Temporária da Reforma Tributária. Esteve à frente do debate a presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). A Subcomissão de Reforma Tributária é presidida por Tasso Jereissati.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega sustentou que o sistema tributário brasileiro é hoje "um verdadeiro caos". Mas, opinou, "um dia a reforma tributária vai ter de sair".

Para Mailson, "a indústria não será mais o principal incentivador do desenvolvimento regional". Agora, assinalou, o que puxa o desenvolvimento são as vocações regionais.

A coordenadora de Pesqui-

zas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Maria Helena Zockun, alertou para o fato de que os incentivos fiscais oferecidos pelos estados na "guerra fiscal" só costumam atrair empreendimentos que não seriam viáveis sem o benefício. Quando acabam, "muitas empresas vão embora para regiões onde possam produzir de forma mais competitiva".

Lúcia Vânia mostrou-se preocupada com os critérios de distri-

Tendência é acabar com a "guerra fiscal", recurso hoje adotado para atrair investimentos

buição dos recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento Regional, que deverá ser objeto de lei complementar. Sugeriu que o governo envie o projeto ao Congresso ainda durante a discussão da reforma tributária.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o sistema tributário brasileiro faz com que os mais pobres paguem proporcionalmente mais impostos que os ricos. Neuto de Conto (PMDB-SC) ponderou que não se discute a agricultura na reforma tributária. Marisa Serrano (PSDB-MS) informou que seu estado pode ser "o que mais perderá com a reforma tributária" e, por isso, há grande preocupação em Mato Grosso do Sul.

Criar mais alíquotas do IR é equívoco, diz Mailson

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega (1988/90) afirmou aos senadores, durante a audiência sobre reforma tributária, que considera "totalmente equivocada" a proposta de se criar cerca de dez alíquotas do Imposto de Renda para as pessoas físicas. A proposta foi apresentada pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Márcio Pochmann, no início do mês, ao falar à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado.

Segundo Pochmann, seria uma forma de tornar o sistema tributário brasileiro mais justo. O aumento das alíquotas do IR, disse, permitiria a redução de impostos cobrados das empresas. À imprensa, ele falou em alíquotas de até 60% para salá-

rios superiores a R\$ 50 mil.

– Isso é ressuscitar idéias que foram sepultadas há mais de 20 anos. Quando fui ministro da Fazenda, reduzimos as alíquotas de 11 ou 12 para apenas duas e, curiosamente, aumentou a arrecadação. Naquela época, o mundo inteiro estava revendo suas alíquotas, ante a percepção de que alíquotas punitivas de imposto de renda geram fugas de capital e desestímulo ao desenvolvimento – disse.

Em resposta a questionamento do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o ex-ministro ressaltou que hoje existe clareza de que é mais eficaz, do ponto de vista social, reduzir as disparidades de renda via políticas públicas do que pela progressividade do Imposto de Renda. Observou que o Imposto

de Renda nos países ricos é, ao lado dos impostos diretos, responsável por cerca de metade da arrecadação. Ou seja, renda elevada oferece também arrecadação alta. No caso brasileiro, Mailson ressaltou que, de uma população próxima a 180 milhões de pessoas, apenas cerca de 10 milhões pagam Imposto de Renda.

Ainda questionado por Antônio Carlos Valadares, o ex-ministro discordou da idéia de se cobrar imposto sobre grandes fortunas. Ele lembrou que o então senador Fernando Henrique Cardoso propôs a regulamentação do imposto, mas não lutou por sua cobrança quando chegou à Presidência da República, "convencido pelos estudos do Ministério da Fazenda de que ele é inócuo".

Jayme Campos homenageia colônia japonesa

O senador Jayme Campos (DEM-MT) prestou homenagem à colônia japonesa pelo transcurso dos 100 anos de sua presença no Brasil. O parlamentar lembrou a chegada das primeiras famílias de imigrantes, no começo do século passado, a bordo do navio Kasato Maru, no Porto de Santos (SP), e ressaltou "a grande contribuição cultural e econômica trazida ao país pelo povo japonês".

Jayme Campos fez referência aos imigrantes que se instalaram no começo do século passado em Mato Grosso. Conforme disse, os japoneses radicaram-se, principalmente, em área hoje compreendida entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.



Jayme Campos: elogio à cultura

Imigrantes são felicitados por Valter Pereira

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) felicitou os 100 anos da imigração japonesa e ressaltou as contribuições, para o Brasil, da cultura e costumes desse povo, como a culinária e os esportes.

– Somos gratos pela preferência que tiveram pelo Brasil, por sua imensa capacidade de trabalho e amor ao país que escolheram para ser o seu – disse.

Valter Pereira fez uma homenagem à comunidade nipônica de Mato Grosso do Sul, cujos membros vieram especialmente da cidade de Okinawa. Segundo relato, o primeiro morador japonês de Campo Grande foi Kosho Yamaki, que trabalhava no cultivo de hortaliças e foi o criador da primeira escola para japoneses na capital.



Valter Pereira lembra contribuição